

1 **Memória da Reunião Extraordinária do CIAMPRua/PR — 16/06/2023**

2

3 Ao décimo sexto dia do mês de Junho de 2023 às 10h30 em formato híbrido, presencialmente
4 na Sala de Reuniões da Defesa Civil, do 1º Andar, Ala C - do Palácio das Araucárias em
5 Curitiba (PR) e *online*, realizado por meio da plataforma da CELEPAR; deu-se início à
6 Reunião Extraordinária do mês de Junho de 2023 do Comitê Intersetorial de
7 Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em Situação de Rua do
8 Estado do Paraná — CIAMPRua/PR. Fizeram-se presentes: **Representantes Titulares**
9 **Governamentais:** Dulce Maria Darolt (Responsável Técnica pela Política Estadual da
10 População em Situação de Rua e Coordenadora do CIAMPRua/PR na Coordenação de
11 Direitos Humanos e Cidadania – CODIHC da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania –
12 SEJU); Cláudio Marques Rolin e Silva (Delegado da Polícia Civil – SESP); Rosane Souza
13 Freitas (esteve no formato online – Técnica da Secretaria de Estado da Saúde – SESA);
14 **Representantes Suplentes Governamentais:** Andréia Corat (Vice Coordenadora do
15 CIAMPRua/PR — SEJU/CODIHC); Patrícia Cavichiolo Tortato (Psicóloga da Secretaria de
16 Estado de Desenvolvimento Social e Família – SEDEF); **Representante Suplente da**
17 **Sociedade Civil:** Carlos Humberto Santos (Suplente do Movimento Nacional da População
18 em Situação de Rua – MNPR); **Autoridades Presentes:** Leonardo Pinho (Diretor do
19 Ministério dos Direitos Humanos); Eduardo Marafon Silva (Diretor de Gabinete da Secretaria
20 de Estado da Justiça e Cidadania – SEJU); Rubia Rossi (Diretora Geral da Secretaria de
21 Estado da Justiça e Cidadania – SEJU); Viviane da Paz (Diretora de Gabinete da Secretaria de
22 Estado da Justiça e Cidadania –SEJU); **Convidados (as) Especialistas, Parceiros,**
23 **Colaboradores (as):** Angélica Rein (Secretária Executiva CIAMPRua/PR –
24 SEJU/CODIHC); Giovana Kucaniz (esteve no formato online – Assistente Social no
25 Ministério Público de Direitos Humanos no Estado do Paraná – MPPR); Keiko Rosana de
26 Souza Sato (Residente Técnico de Direito – SEJU/CODIHC); Rafael Rossato (Residente
27 Técnico de Sociologia – SEJU/CODIHC); Maria Fernanda Stoski (Comunicação da
28 Secretaria da Justiça e Cidadania – SEJU). **Justificativa de Ausência:** Não houve justificativa
29 de ausência. **1. Abertura:** Inicialmente, Dulce, em sua qualidade de Coordenadora do
30 CIAMPRua Paraná indicou que a reunião seria em prol da recepção do Diretor do Ministério
31 de Direitos Humanos, Leonardo Pinho, juntamente ao representante Suplente do Movimento
32 Nacional da População em Situação de Rua, Carlos Humberto Santos — além dos
33 representantes da SESP, SEDEF, SEJU — dando assim, abertura à Reunião Extraordinária do
34 Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em
35 Situação de Rua do Estado do Paraná — CIAMPRua/PR. **2. Documentação da PSR:** Dulce
36 informou que essa demanda foi encaminhada por Expresso ao MDH referente aos
37 documentos da população em situação de rua que vão aos Centros Pop ou Casas de
38 Acolhimento e, para não perderem seus documentos, muitas vezes solicitam que a Área

39 Técnica guarde-os ou deixem nos armários dos locais, sendo essa, uma preocupação dos
40 técnicos, pois não sabem se podem ou não realizar tal prática devido ao seu vedamento pela
41 legislação vigente — que não permite que uma pessoa fique com o documento de outra.
42 Segundo Carlos, estes pedidos para guardar os documentos deve-se pelo fato da PSR estar
43 exposta a chuvas ou até mesmo perdê-los. Léo respondeu que existem em alguns estados e
44 municípios saídas provisórias para essa situação enquanto não há uma orientação nacional.
45 Uma destas saídas provisórias ocorre em São Paulo (SP), onde foram constituídas iniciativas
46 de bagageiros, então, as entidades fazem a gestão destes lugares e tipificaram que as pessoas
47 possuem a individualização do lugar, sendo responsáveis por ele — assim como acontece em
48 guarda-volumes em rodoviárias. Entretanto, há um problema para regulamentar essa prática a
49 nível nacional, pois a documentação “retida” por terceiros é uma das características do
50 trabalho análogo à escravidão, por exemplo, imigrantes e refugiados quando utilizados para
51 essas condições possuem seus passaportes retidos para impedir que eles se documentem no
52 Brasil para cercear o acesso de seus direitos. Portanto, a documentação dos bagageiros em
53 nível nacional necessita da criação de uma excepcionalidade para que o técnico ou
54 equipamento público possa reter os documentos. Entretanto, Léo registrou que não sabe se
55 este é o melhor caminho, inclusive, porque dentro das populações em situação de rua há
56 diversos perfis, como pessoas com transtornos mentais que podem atacar ou perseguir os
57 técnicos por estarem “retendo” seus documentos. Dulce questionou se a terceirização dos
58 bagageiros teriam custos à PSR. Léo respondeu que dependeria do contrato a ser estabelecido
59 com as entidades, os exemplos já em prática não foram com entidades específicas para essa
60 função, sendo, geralmente, entidades que já possuem contratos e o custo seria em prol da
61 instalação dos bagageiros — que na maioria dos casos já existem — e cópias de chaves, ou
62 seja, um custo baixíssimo. **3. Alinhamento da Política Nacional, Estadual e Municipal das**
63 **Pessoas em Situação de Rua:** Dulce destacou que em outros espaços como o CEDCA e o
64 CEAS, há um alinhamento entre as políticas, porém, no CIAMPRua ainda não foi possível
65 realizar tal alinhamento, pois por exemplo, no Estado do Paraná os municípios sempre são
66 convidados a participar das reuniões do Estado, alinhar as diretrizes e identificar as diferentes
67 realidades do estado. Portanto, há essa lacuna entre o nível Federal e Estadual, sendo
68 necessário que ambos participem com maior frequência de atividades conjuntas e um
69 alinhamento coerente entre suas políticas e estruturas. Em seguida, Cláudio Marques
70 informou que estava elaborando uma Cartilha Unificada de Orientação em diversas línguas
71 para que migrantes também tenham acesso às informações e uma das observações que serão
72 adicionadas é com relação ao *Housing First*, além da conscientização de que ninguém “*mora*”
73 na rua por opção própria, para que todos (as) conheçam as dificuldades da população PSR.
74 Rúbia informou que essa foi uma das pautas discutidas na reunião em Brasília com o Ministro
75 Sílvio Almeida e foi proposto para que ele venha ao Paraná a fim de articular e dar maior
76 visibilidade a esse projeto. Léo pontuou que o alinhamento é um dos esforços do Ministro

77 Sílvio Almeida, pois uma de suas preocupações é a Agenda de Desenvolvimento Sustentável
78 (ODS), esta que geralmente atua como uma espécie de “crítico literário”, apontando o que os
79 outros não estão fazendo e não na promoção. Por isso, o Ministro Sílvio tem reunido os
80 Secretários Estaduais de Direitos Humanos e/ou está os Direitos Humanos nas Estruturas
81 Estaduais para pactuar uma Política de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, assim, a de
82 Defesa é a que mais tem acúmulo, mas a de Promoção ainda é um grande desafio no Brasil e
83 não possui instrumentos legais e institucionais de fluxo e pactuação entre os entes federativos.
84 A fim de exemplificar, Léo destacou a Operação Inverno em que a Federação não repassa
85 recursos aos Estados e Municípios, tendo que cada um “se virar com o que têm” porque não
86 existem instrumentos de repasses — apesar de fazer parte da Agenda de Desenvolvimento
87 Sustentável. Em seguida, Léo relatou que o Ministro Sílvio Almeida o convocou às pressas
88 para tratar sobre a PSR em São Paulo, pois anteriormente havia a Cracolândia e agora, além
89 de desmantelar-se, a crise econômica e a pandemia resultou em um aumento significativo na
90 PSR na cidade — quem vivia da economia informal, passou fome. Então, com o aumento da
91 economia informal e sem a proteção que os direitos trabalhistas fornecem em casos
92 excepcionais (pandemia) e crises econômicas, muitas pessoas não possuem essa “cama de
93 proteção” e, além disso, os recursos SUAS e SUS não cresceram proporcionalmente à
94 demanda apresentada, pelo contrário, caíram; o do SUS, por exemplo, não havia aumento de
95 custeio há 14 anos e consumiu cerca de 80% dos recursos devido à inflação, aumento dos
96 custos de pessoal, medicação, equipamentos e etc. Portanto, devido às problemáticas
97 relatadas, Léo informou que o MDH já iniciou a articulação com os Estados para pactuar
98 iniciativas que sejam permanentes, tendo o Paraná já participado das primeiras reuniões. **4.**
99 **Operação Inverno:** Léo informou que hoje (na data da reunião) às 15:30 participaria de uma
100 reunião com o Prefeito de Curitiba, Rafael Greca e a Secretária Executiva do MDH, Dra. Rita
101 de Oliveira, para anunciar, pela primeira vez, um repasse federal para a Operação Inverno,
102 sendo a ideia que isso se amplie e torna-se um repasse permanente. Porém, Léo registrou para
103 todos (as) que o orçamento do Governo Federal de 2023 ainda é da gestão anterior e essas
104 pactuações não existiam anteriormente, então os recursos estão sendo realocados para dar
105 início a essa pactuação e por enquanto, somente as Capitais do Sul e do Sudeste foram
106 beneficiadas. São cerca de 5,5 Milhões de Reais a serem distribuídos às Capitais e a ideia é
107 tornar essas ações permanentes — pois o Inverno acontece impreterivelmente todos os anos
108 —, tendo o lançamento desta iniciativa em Curitiba com a participação do Município e do
109 Estado. Rúbia respondeu que sim, o Estado estava à disposição para iniciar essa pactuação e
110 dar início a ela em Curitiba — que é considerada a Capital mais fria do país —, sendo
111 importantíssima a proteção da vida no inverno para todo o Paraná. Por fim, Léo destacou que
112 essa pactuação vem sendo dialogada independente do posicionamento político de cada gestão
113 estadual, pois o objetivo é a criação de uma Política Nacional de Direitos Humanos e para isso
114 é necessário mostrar as iniciativas de cada ente federativo para construir, adequar e integrar

115 em seus diferentes níveis. **5. CIAMPRua Nacional:** Em seguida, Léo informou que o
116 CIAMPRua Nacional foi ampliado para 11 membros da Sociedade Civil — paritário — e
117 tipificado em dois: 05 vagas para Entidades; 06 vagas para Movimentos (pessoas com
118 trajetórias de rua). Outra novidade relatada por Léo foi de que, anteriormente o CIAMPRua só
119 era coordenado pelo Poder Executivo, entretanto, agora foi adotado princípio do Conselho
120 Nacional de Direitos Humanos de ter, além da paridade na composição, a paridade na
121 Coordenação — um ano para cada. Léo indicou que possivelmente na próxima semana deve
122 sair o Edital de Eleição do CIAMPRua Nacional para escolha das entidades/movimentos e
123 gostaria que os (as) representantes do Paraná possam se inscrever. Além disso, foi criada a
124 Diretoria de População em Situação de Rua e pela primeira vez haverá um cargo de
125 Coordenador-Geral do CIAMPRua Nacional, que será executado pelo Anderson, indicado
126 pelos Movimentos, sendo necessária uma Nota Técnica assinada pelo Léo e o Sílvio para
127 validar essa nomeação — que foge do fluxo instituído pela Casa Civil. **6. Prioridades MDH:**
128 Léo indicou que o MDH tem como prioridade instituir o Programa Nacional Moradia
129 Primeiro, não sendo somente uma Declaração de Princípios que visa uma mera orientação do
130 Estado. Para isso, no dia anterior a esta reunião (15.06) foi realizada uma reunião para receber
131 o Sam Tsemberis, um dos criadores do *Housing Firts*, que contou com a presença de 05
132 Ministérios (MDS, MS, Casa Civil, MCID e MJSP) que assinaram e comprometeram-se a
133 participar do Programa Nacional Moradia Primeiro. No entanto, na mesma lógica da
134 Operação Inverno, há o intuito de em 2023 serem executados casos pilotos para sistematizar
135 essas experiências, para isso, estava sendo criado um Fórum de Prefeituras que já tenham essa
136 experiência, como Franca (SP), Recife (PE) e Salvador (BA). Deste modo, Léo destacou que
137 essa é uma das prioridades do MDH e gostariam muito de dialogar com o Estado do Paraná
138 para no segundo semestre, elaborar um desenho institucional para dar um pontapé no
139 programa. A seguir, Léo destacou o formato utilizado no Hotel Social Para Mulheres Trans da
140 População em Situação de Rua, que anteriormente utilizava uma lógica de República onde as
141 mulheres dividiam em partes iguais os valores, uma prática que era instável devido ao
142 contexto em que elas estão inseridas — utilizando de hormônios sem acompanhamento
143 médico —, porém, no Hotel Social é individualizado, com Portarias 24hrs e é um dos bons
144 exemplos que poderão ser seguidos. Outra prioridade relatada por Léo foi com relação ao
145 tratamento de pessoas com dependência química, tirando de circulação as ações de “portas
146 giratórias” onde as pessoas são tratadas e recebem esse “respiro” das drogas, mas após isso,
147 são jogadas nos mesmos locais onde faziam o uso de drogas, ou seja, voltam a utilizar e todo
148 tratamento é somente temporário. Portanto, a prioridade deve ser o incentivo de projetos de
149 arte, cultura e principalmente na geração de trabalho e renda. Rúbia destacou que essa
150 também é uma das prioridades do Secretário Santin Roveda e que ele manifestou interesse em
151 participar dos projetos pilotos da Moradia Primeiro na reunião em Brasília, além disso, estão
152 sendo desenvolvidos projetos de geração de renda em parceria com outras Secretarias de

153 Estado. Léo informou que no segundo semestre será aberto um Edital do MDH e MTE, tendo
154 início pela experiência das Cozinhas, pois culmina na Segurança Alimentar e na geração de
155 Trabalho e Renda, combinando dois aspectos. A ideia é serem estabelecidas duas
156 modalidades, agora com cozinhas que estão instaladas ou em processo de instalação para
157 contratar um chefe de cozinha para incentivar o fornecimento da melhor qualidade de
158 quentinhas, mas também outras oportunidades de negócios como *coffee breaks*. Carlos
159 pontuou que essas iniciativas devem ser expandidas para outros municípios do Estado, não
160 somente Curitiba. **7. Cartilha e Seminário Internacional sobre o Moradia Primeiro:** Léo
161 indicou que se for necessário, o MDH pode contribuir e indicou que há o Guia Brasileiro de
162 Moradia Primeiro, além de convidar todos (as) a participar do Seminário Internacional do
163 Moradia Primeiro que acontecerá entre Setembro e Outubro e neste mesmo evento, realizar a
164 reunião do CIAMPRua Nacional para dar visibilidade à pauta. Dulce indagou se o Seminário
165 poderia ser transmitido *online* para que todos os municípios possam acompanhar, pois há
166 muitos que estão entusiasmados para participar da política. Léo respondeu que sim, haverá o
167 formato *online* devido alguns participantes internacionais e nacionais que não poderão ir
168 presencialmente, solicitando assim, que o Estado do Paraná também articule essa mobilização
169 para que todos (as) possam acompanhar, principalmente os usuários. Além disso, como agora
170 há uma pessoa com cargo específico para os CIAMP's, há a possibilidade do Anderson
171 acompanhar as reuniões na medida do possível para estreitar a relação e as demandas serão
172 encaminhadas diretamente ao Governo Federal. Inclusive, se houver projetos que o
173 CIAMPRua/PR acredite ser essencial a participação da Federação, poderiam enviar em seus
174 contatos para que a articulação seja realizada da melhor maneira possível. **8. Recortes de**
175 **Gênero e Gestantes PSR:** Giovana questionou o posicionamento do Léo sobre a diferença de
176 gêneros e se existem pensamentos em relação às mulheres em situação de rua e as gestantes
177 em situação de rua. Dulce registrou que no Paraná foi realizada a Campanha do Ventre à Rua
178 com orientações para sensibilizar toda a Comunidade. Léo respondeu que sim, inclusive
179 estavam participando de Audiências Públicas pelo país com a participação de Ministros,
180 Defensorias e demais órgãos e, com relação às mulheres com filhos (as), há a preocupação
181 com as “soluções” encontradas para essas questões, como a retirada das crianças operadas
182 pelo Poder Judiciário e Conselhos Tutelares. Além disso, Léo registrou que em todas as
183 políticas lançadas haverá recortes de gênero e raciais, até porque ambos combinados
184 resultam na maioria da PSR, por isso, as mulheres grávidas ou com filhos (as) terão um olhar
185 mais atencioso e esse será um dos critérios utilizados no Moradia Primeiro, onde elas terão
186 prioridade no acesso à moradia. Este ponto também foi apresentado na MP do Minha Casa,
187 Minha Vida, onde a PSR entrou como público prioritário. Por fim, Léo informou que existe
188 uma Resolução do Conselho Nacional de Justiça sobre PSR e hoje (16) foi realizado um
189 diálogo para montar um GT para discutir a questão das mulheres em situação de rua com
190 filhos e/ou grávidas e usuários (as) de drogas em situação de rua, pois existem recortes



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ



191 específicos para essas populações. Carlos concordou com as falas do Léo e destacou que as
192 políticas necessitam vir de cima para baixo, não o contrário. Léo registrou que há uma crise
193 dos pactos federativos no Brasil, por exemplo, o SUS e o SUAS possuem um desnível de
194 financiamento entre os entes federativos, ainda mais nos Direitos Humanos que recai nos
195 municípios e estados. Portanto, sim, seria necessária a política em cima para que seja aplicada
196 entre todos os entes, mas necessita nascer na *práxis* porque é nela que está quem compreende
197 o contexto dos municípios, bairros e comunidades, assim, possui maior chance de acerto, um
198 cenário totalmente diferente dos Gabinetes em Brasília, que devido à heterogeneidade do
199 Brasil, não conseguem prever todos os cenários. Dulce destacou a importância dos relatos de
200 boas práticas dos municípios e o compartilhamento delas entre todos para compreender o que
201 deu certo até então, sendo possível alastrar ações como essa para os demais estados. Por fim,
202 Rúbia agradeceu a presença do Léo e destacou a importância da aproximação do Ministério
203 de Direitos Humanos para a Secretaria de Justiça e Cidadania, que tem muito interesse em
204 desenvolver projetos em parceria com o Ministério. **7. Encerramento:** Em conclusão, Dulce
205 agradeceu a presença do Léo Pinho, Diretor do Ministério dos Direitos Humanos, e dos (as)
206 demais presentes e em sua qualidade de Coordenadora deste colegiado, deu por encerrada a
207 Reunião Extraordinária do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da
208 Política da População em Situação de Rua do Estado do Paraná. A presente ata foi lavrada por
209 Davi da Rosa e revisada por Angélica Rein – Secretária Executiva CIAMPRua/PR. Memória
210 aprovada na Reunião Ordinária de Julho de 2023 do CIAMPRua/PR – ocorrida no dia
211 11/07/2023.